MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORIA- GERAL DE JUSTIÇA
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CESAF

EDITAL N.º 002/2019

O Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do presente Edital, convoca os interessados na publicação de artigos científicos na 17ª edição da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme as disposições que seguem:

1. A Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins é uma publicação anual, coordenada pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, que tem como objetivo o aprimoramento de seus integrantes, o estímulo à produção científica e a socialização dos conhecimentos e entendimentos jurídicos.

2. O periódico será composto por artigos inéditos, elaborados por integrantes da Instituição, convidados e pesquisadores do campo jurídico e áreas afins sobre temas relacionados ao campo jurídico e áreas das ciências sociais aplicadas, com especial ênfase nas reflexões, estudos e ações do Ministério Público. Os artigos poderão ser elaborados individualmente ou possuir, no máximo, dois autores.

3. Os artigos deverão ser inéditos, evitando-se, sob quaisquer circunstâncias, sua submissão simultânea para apreciação em outro periódico ou veículo de divulgação impressa ou digital.

4. Os artigos deverão ser encaminhados por via eletrônica, mediante anexação de arquivos em formato .doc (Word) ou .odt (Linux), para o e-mail: cesaf@mpto.mp.br.

4.1 Os arquivos deverão conter:
- Arquivo 1: Dados de identificação do(s) autor(es) conforme Anexo 1.
- Arquivo 2: O texto integral conforme orientações do Anexo 2.
- Arquivo 3: Termo de cessão conforme Anexo 3.

4.2. O critério adotado para separação em arquivos e envios separadamente são necessários para preservação da isonomia entre os concorrentes por ocasião da análise do Conselho Editorial.

5. Os artigos e arquivos com dados deverão ser entregues, impreterivelmente, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação deste Edital.

5. Os trabalhos devem observar atentamente o disposto neste Edital, bem como as normas da ABNT (NBR 10520/2002, NBR 6023/2002, NBR 6028/ 2002, NBR 14724/2011 e NBR 6024/2012).

6. No Anexo I deste Edital constam informações sobre os dados de identificação do(s) autor (es), a serem preenchidos em separata do arquivo com o texto que será apreciado pelos

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: ac86dd9a - e4d82e03 - 976d982d - 1a109b5b

participantes da Comitê Editorial; no Anexo 2 consta o modelo do formato do artigo e no anexo III, o Termo de Cessão de Direitos Autorais, a ser assinado pelos autores.

7. Os trabalhos serão analisados, primeiramente, quanto aos aspectos linguísticos textuais e formais por equipe técnica do Cesaf e, posteriormente, serão enviados aos seus autores para correção.

8. O prazo máximo para reenvio dos artigos é de 10 dias, a contar da devolução ao autor. Estará automaticamente eliminado e dispensado da apreciação do Conselho Editorial o trabalho que não tenha cumprido o prazo estipulado.

9. Os trabalhos recebidos serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial e ao setor de revisão e formatação da Revista.

10. A cessão de direitos autorais ao Cesaf deverá ser feita mediante o preenchimento do formulário de cessão de direitos, disposto no anexo III deste edital. O Termo deverá ser encaminhado ao Cesaf, acompanhado do artigo a ser publicado.

11. A cessão de direitos autorais à Revista deverá ser feita mediante o preenchimento do formulário de cessão de direitos, disposto no Anexo III deste edital. O formulário deverá ser encaminhado ao Cesaf, acompanhado do artigo a ser publicado.

12. Será fornecida declaração de aceite do trabalho em caso de necessidade de comprovação documental por parte do(s) autor(es) selecionado(s).

13. O conteúdo e as ideias expressas nos textos são de inteira responsabilidade de seus autores.

14. Os trabalhos selecionados serão publicados na Revista Jurídica do Ministério Público de número 17, em formato eletrônico (site do MP), a critério da Procuradoria-Geral de Justiça.

Palmas, 13 de maio de 2019.

Octahydes BallanJúnior
Promotor de Justiça
Coordenador

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: ac86dd9a - e4d82e03 - 976d982d - 1a109b5b